Copyright © 2000 Maria Carlota Rosa

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Revisão
Sandra Regina de Souza

Projeto de capa e montagem
Antonio Kehl

Editoração e filmes
Global Tec Produções Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rosa, Maria Carlota
Introdução à morfologia/Maria Carlota Rosa –
5. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009.

Bibliografia
ISBN 85-7244-145-X

1. Gramática comparada e geral – Morfologia
2. Português – Morfologia I. Título

00-2295 CDD-415

Índice para catálogo sistemático:
1. Morfologia : Lingüística 415

Editora Contexto
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa
05083-030 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

2009

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

I
TEORIA PARA QUÊ?

PALAVRAS-CHAVES

formalismo/funcionalismo;
gramática gerativa;
linguagem e língua; gramática universal.

1

De que lingüística estamos falando?

1.1. Introdução

Este texto trata de morfologia e procura ser uma introdução ao seu estudo. Começa aqui nossa primeira questão: que vamos entender por **morfologia**? A pergunta parece banal; no entanto, como no caso de muitos outros conceitos utilizados em lingüística, a resposta não é exatamente muito simples.

A consulta ao étimo, no caso de *morfologia,* nos dirá que o termo provém das formas gregas *morphê,* 'forma', e *logos,* 'estudo, tratado'. Tentar definir um fenômeno tomando como ponto de partida o étimo do termo que lhe dá nome é uma estratégia explicativa de longa tradição no Ocidente nos estudos sobre diferentes áreas do conhecimento. De algum modo se concebe a existência, na origem de uma palavra, de significados ou relações que o tempo encobriu. **Morfologia** significa, com base nos seus elementos de origem, o 'estudo da forma'. Mas o que tal definição nos diz acerca de o que vem a ser morfologia? Não muito, como veremos.

Primeiramente, o termo **forma** pode ser tomado, num sentido amplo, como sinônimo de *plano da expressão,* em oposição a *plano do conteúdo.* Nesse caso, a *forma* compreende dois níveis de realização: os sons, destituídos de significado mas que se combinam e formam unidades com significado; e as palavras, as quais, por sua vez, têm regras próprias de combinação para a composição de unidades maiores[1]. Mas a *palavra* não precisa ser interpretada, necessariamente, como a unidade fundamental para representar a correlação entre o plano da expressão e o do conteúdo. Podemos atribuir esse papel ao *morfema*. Temos aqui, por conseguinte, duas unidades distintas como possíveis centros de interesse de nossos estudos de morfologia.

A diferença no tocante à unidade em que se centra o estudo morfológico – o *morfema* ou a *palavra* – redunda de maneiras também diferentes de focalizar a morfologia. De modo muito geral, e correndo o risco de uma simplificação exagerada, podemos dizer que a noção de morfema está relacionada com o estudo das técni-

[1] Esta é a visão apresentada, por exemplo, em Lyons (1968: 53-54).

cas de segmentação de palavras em suas unidades constitutivas mínimas, ao passo que os estudos que privilegiam a noção de palavra preocupam-se com o "modo pelo qual a estrutura das palavras reflete suas relações com outras palavras em construções maiores, como a sentença, e com o vocabulário total da língua" (Anderson, 1992: 7; 1988: 146).

Um segundo problema com relação à definição tomada do étimo, e mesmo com relação a definições que possamos extrair de dicionários, é serem elas vagas. Ao definirmos morfologia como *o ramo da gramática que estuda a estrutura das palavras,* por exemplo, não fazemos referência ao tipo de interesse que temos nos dados, tampouco ao tipo de dados que nos interessam. *Morfologia* é um termo que não tem a mesma realidade de uma pedra ou de uma árvore: pressupõe determinado modo de se conceber o que sejam *linguagem* e *língua*, e somente como parte desse quadro mais amplo – isto é, de uma teoria – é que podemos compreender que tipo de estudo está sendo levado em conta. Até mesmo se precisamos de ter na gramática algo que chamemos *morfologia*. É este o ponto que queremos ilustrar nesta primeira unidade ao apresentarmos um pequeno histórico dos estudos lingüísticos no Ocidente: queremos expor a perspectiva aqui adotada ao mesmo tempo em que a confrontamos com aquelas em estudos levados a cabo em outras épocas. Para que se tenha idéia de como interesses de pesquisa distintos podem colocar seu foco de atenção em pontos de investigação diferentes, apresentamos, primeiramente, os pressupostos gerais em que nos baseamos, passando, no capítulo 2, a uma visão também geral de propostas vigentes no passado.

1.2. Um enfoque formalista

A perspectiva aqui adotada é a da gramática gerativa. Conhecida inicialmente como gramática gerativo-transformacional, desenvolveu-se a partir dos trabalhos do lingüista norte-americano Noam Chomsky (1928-). Por conseguinte, é uma perspectiva *formalista* e não *funcionalista.* Que vem a ser isto?

O **formalismo** é um modo de focalizar a descrição gramatical cuja ênfase recai na *forma* ou estrutura gramatical – não nas funções dessas formas. *Formalismo*, muitas vezes, se confunde com o uso de *formalização*, *i.e.,* com o emprego de "formulações totalmente explícitas que captem a intuição acerca da estrutura lingüística em termos que requeiram tão pouco quanto possível [...] a contribuição [...] de um leitor compreensivo" (Anderson, 1996: 1). Segundo Chomsky (c.p.), "há quem considere a formalização importante", mas, afirma, não é o caso dele[2].

[2] Chomsky (1999, c. p.): "There are people who think that formalization is important; I don't, for reasons I've explained. We all think that clarity is important." [Há quem pense que a formalização é importante; eu não, por razões que já expliquei. Todos pensamos que a clareza é importante.]

Não se entenda *gerativa* como sinônimo de 'que gera', ou seja, como um modelo da produção lingüística do falante. Uma gramática *é gerativa* se analisa de modo explícito uma determinada língua, *i.e.*, se não deixa para a inteligência do leitor parte do que deveria explicar. Uma gramática gerativa não se propõe a ser uma descrição de dados de uma determinada língua, mas uma "teoria que se volta para a forma e o significado das expressões nessa língua" (Chomsky, 1986: 3).

Um modo de alcançar a clareza é por meio do emprego da formalização: consegue-se precisão para as afirmações acerca do que constitui a *faculdade da linguagem*. A formalização não pode, porém, ser entendida como "um exercício técnico desprovido de finalidade", mas como um meio de "trazer à luz erros ou lacunas e pressupostos ocultos", e de "conduzir a novos *insights* teóricos e sugerir novos problemas empíricos para a investigação" (Chomsky, 1981: 336)[3].

Ao classificar o enfoque adotado como formalista, estamos dizendo que nos restringimos à parte do conhecimento lingüístico a que chamamos *competência gramatical*, que é apenas um dos módulos do conhecimento lingüístico, aquele que lida com as estruturas gramaticais que podem existir numa língua. Estamos dizendo também que estão fora do âmbito deste trabalho aspectos relevantes para a pesquisa sobre o funcionamento de uma língua, como, por exemplo, o conhecimento que os membros de uma comunidade têm das regras que tornam o uso lingüístico adequado às diferentes situações sociais. Tampouco veremos o fenômeno lingüístico como uma simbiose de aspectos gramaticais, pragmáticos, discursivos e semânticos. Numa proposta funcionalista são os aspectos comunicativos e sociais que recebem a ênfase da análise.

No âmbito de uma perspectiva formalista na atualidade, as questões de interesse dizem respeito à interação entre a morfologia e o restante da gramática e também entre ela e o léxico, como exemplificado em seguida em (1.1):

(1.1) **a.** *Qual a unidade básica de estudo na morfologia? O que implica perguntar:*
b. *Que tipo de estrutura as palavras têm?*
c. *Como essa estrutura está relacionada à gramática e ao léxico?*
d. *Como essa estrutura reflete a relação entre palavras?*

Parte dessas questões nem sequer foi levantada por estudiosos de algumas épocas, ao passo que outras tiveram respostas bem diferentes, como veremos adiante.

[3] Asserção semelhante em Joos (1950:349): "...within our field we must adopt a technique of precise treatment, which is by definition a mathematics. We must make our 'linguistics' a kind of mathematics, within which inconsistency is by definition impossible." [...em nosso campo devemos adotar uma técnica de tratamento preciso, que é, por definição, uma matemática. Devemos fazer de nossa 'lingüística' uma espécie de matemática, na qual a inconsistência seja, por definição, impossível.]

1.3. Que entendemos por *linguagem* e por *língua*?

Mesmo restringindo o enfoque a uma visão formalista, ainda assim veremos que os termos *linguagem* e *língua*, que nomeiam os objetos por excelência do estudo lingüístico, não foram sempre compreendidos do mesmo modo. Por esse motivo chamamos a atenção para o fato de que, cada vez que empregamos aqui o termo **linguagem** (salvo indicação em contrário) ou **faculdade da linguagem**, temos em mente um dos sistemas complexos que interagem com outros sistemas de conhecimento na mente/cérebro de um indivíduo, ativado logo após o nascimento e que lhe permite vir a adquirir a língua ou as línguas faladas no ambiente ao seu redor.

A **faculdade da linguagem**, comum à espécie humana, permite a aquisição da língua materna, que se processa por fases, indiferentemente ao meio cultural e até mesmo a fortes restrições biológicas[4]. Assim, para todos os bebês, o balbucio[5] precede a fala holofrástica[6]; esta, a fase de frases de duas palavras; em seguida, surgem frases de qualquer tamanho. É este quadro que constitui uma das evidências a favor de se considerar a existência de uma predisposição genética no que toca ao campo da linguagem, o que significa dizer: (a) que todos os seres humanos nascem com a faculdade da linguagem, própria da espécie e apenas dela; e (b) que todas as línguas têm, por conseguinte, de partir de um mesmo estágio inicial, isto é, de uma estrutura pré-programada que limita as línguas possíveis. A língua que o indivíduo vem a desenvolver depende da experiência lingüística a que for exposto: falará português, por exemplo, caso cresça numa comunidade onde se fale português.

E se não houver gente falando à volta dessa criança, como nas histórias de Rômulo e Remo, criados por uma loba, ou de Mogli, ou mesmo de Tarzã, crescido entre macacos? Bom, não haverá experiência lingüística; logo não haverá como desenvolver uma língua (não obstante todos esses personagens serem muito fluentes no cinema).

As tentativas de ensinar uma língua a indivíduos que cresceram afastados do contato com seres humanos e encontrados já na adolescência não parecem ter obtido, em geral, grande êxito. (Para uma rápida consulta, v. Crystal, 1987: 289.)

[4] Como no caso das crianças com algum tipo de deficiência auditiva ou visual, por exemplo.

[5] Fase lingüística na vida do bebê em que surge a vocalização e que antecede aparecimento das primeiras palavras. Crianças com deficiências auditivas "emudecem" por volta do final dessa fase (Eulália Fernandes, c. p.).

[6] Fase da aquisição em que os enunciados da criança compõem-se de uma única palavra, equivalente funcional de uma frase completa.

1.3.1. O *estágio inicial* da aquisição: a GU

A hipótese acerca da faculdade da linguagem no seu estágio inicial, isto é, a representação do conhecimento que o indivíduo tem ao nascer, antes de qualquer experiência lingüística, é referida na teoria gerativa como **gramática universal** (abreviadamente, *GU*)[7]. A nomenclatura evoca estudos sobre a linguagem anteriores ao século XIX. Não nos deixemos enganar, porém, pela nomenclatura. Pode ser a mesma, mas tem significados bem distintos de época para época.

A questão da universalidade da linguagem surgiu na Idade Média, do confronto do latim com os vernáculos de um Império Romano que se desmantelava. Para a Antigüidade Clássica, que classificou como *bárbaras* quaisquer línguas que não o latim ou o grego, foi esta uma questão desconhecida. A hipótese da universalidade alcançaria o século XVIII, e voltaria a ser retomada na atualidade, embora em bases diferentes. Santo Agostinho (354-430 d.C.), por exemplo, propunha haver uma linguagem do conhecimento, "que não era nem grego nem latim, nem uma língua natural nem nacional, mas universal para todas as línguas e para todo o conhecimento" (*Apud* Trentman, 1976: 285). Essa linguagem do conhecimento diferia, assim, das línguas humanas particulares, que necessitam de algum tipo de expressão física, seja som, seja letra.

O contato com as línguas do Novo Mundo, conseqüência dos Descobrimentos, intensificaria a especulação acerca de o quanto as línguas podiam ser semelhantes, e os ensinamentos bíblicos levariam a crer ter havido "hũa sô lingua quando a razão era mais unida", como afirmaria a versão portuguesa da *Janua Linguarum*[8] (Reboredo, 1619: b4^{v}). A hipótese de uma gramática universal, evidente no título, está também, por exemplo, neste trecho (Reboredo, 1619 : c2^{v}): "O Mestre, que quiser meter em outras linguas o Discipulo [...], como na Italiana, Francesa, Grega, Hebrea &c. Ensine nella a declinar, & cõjugar, ajuntãdo as irrigularidades a hũa partes [...] em lugar dos exemplos Latinos [...] meta, como fica ditto, os da lingua que quer ensinar".

Nesse mundo impregnado de religiosidade, a linguagem é um dom divino, distribuído a todos os homens. Mas a perspectiva dos estudos lingüísticos de então tem ainda uma característica fortemente prescritiva, captada nesta frase de Carlos Magno (742-814): "aqueles a que apetece agradar a Deus devem também agradá-lo não negligenciando o falar correto" (*Apud* Amsler, 1989: 175-6)[9]. É a gramática o instrumento que ensina ao público comum o falar correto[10].

---

[7] Comumente se chama GU aos próprios procedimentos mentais (Chomsky, 1988: 61; Uriagereka, 1998: 36). **Gramática** significa, nesse contexto, uma teoria sobre um determinado estágio.

[8] A *Janua Linguarum* (lat. 'porta das línguas') foi um método de ensino de línguas estrangeiras primeiramente voltado para o latim, mas que, posteriormente, foi aplicado ao ensino de diversos vernáculos (*vide* Rosa, 1994a).

[9] Amsler tem por fonte Luitpold Wallach: "... ut, qui Deo placere appetunt recte vivendo, ei etiam placere non neglegant recte loquendo."

[10] "Grammatica est ars docens comune vulgagium quod consistit in tribus que faciunt hominem grammaticum" (Rombo, 1497. fol. aaij.) Também em Pastrana (1497: [fol. cviij ^{v}]): "Grammatica quod est? Ars docens congrue loqui: recte scribere: debite partes pronunciare".

A GU, na versão gerativa, é uma hipótese para explicar o conhecimento lingüístico que assenta na proposta de existência de uma base genética para a faculdade da linguagem. A base genética está representada nos **princípios obrigatórios** para todas as línguas e nos **princípios abertos** (ou **parâmetros**), que a eles se somam. O contato com os dados encontrados no ambiente desencadeia na mente/cérebro da criança um processo que redundará numa gramática particular, ao serem estabelecidos os valores para cada parâmetro. Os *parâmetros* representam o mecanismo que leva à seleção da gramática da língua materna, dentre muitas gramáticas possíveis com base numa faculdade universal que todo o indivíduo teria ao nascer. Em outras palavras: a criança adquire, melhor dizendo, desenvolve uma língua como o resultado de um severo processo de restrições das muitas possibilidades que lhe estariam disponíveis ao nascer. Vamos a um exemplo.

Um princípio postulado para a GU é o de que todas as construções tenham um núcleo. O *núcleo* é o elemento obrigatório de uma construção: num sintagma nominal, o núcleo é um *nome*; num sintagma verbal, o *verbo*; num sintagma preposicional, a *preposição*. Uma criança nascida no Brasil, numa comunidade em que se fale português, vai adquirir a ordem linear do português, que é a ordem *núcleo* + *complemento*. Seria diferente se a língua a que essa mesma criança estivesse exposta fosse outra, por exemplo, o mundurucu, língua tupi do Alto Tapajós (PA) e de alguns de seus afluentes. Observe (1.2) a seguir (exemplo em Crofts, 1973: 48)[11]:

(1.2)	a^{3}ya^{2}cat^{2}	py^{3}bit^{2}	o^{1}^{3}jo^{3}wy^{3}	^{3}di^{3}bim^{2}
	mulher	comida	ela-a-lavou	água-com

'A mulher lavou a comida com água'

Em (1.2), o objeto precede o verbo que complementa e, no sintagma 'água-com', em lugar de preposição, aparece uma posposição. Nenhuma criança aprende que, na sua língua, o núcleo antecede o complemento ou vem depois dele. Não há mãe (mesmo que ela seja lingüista) ou professor que a instrua a esse respeito.

O enfoque gerativista assume que uma língua não é aprendida. A linguagem não se constitui num hábito que alguém ou a sociedade ensina a um ser que não possui qualquer habilidade especial para isso e que aprende uma língua por um misterioso mecanismo de imitação. Ao contrário: o organismo humano já nasce preparado para, a partir da exposição a uma língua, selecionar as características nela presentes, e daí desenvolver a língua. Por essa razão, qualquer criança domina sua língua nativa tão rapidamente – mesmo aquela que, portadora de deficiências mentais, nunca alcançará grandes progressos escolares. Essa visão tem levado a compreender as línguas naturais como epifenômenos, isto é, como "o resultado acidental da interação de vários princípios independentes" (Trask, 1993: 91).

[11] Os números sobrescritos indicam tons.

Tal concepção de *linguagem* coincide apenas em parte com aquela que podemos encontrar em textos mais antigos de lingüística. Como termo técnico da lingüística, o termo *linguagem* esteve sempre restrito apenas à faculdade humana. No entanto, lingüistas estruturalistas, como o brasileiro J. Mattoso Camara Jr. (1904-1970), embora definissem a lingüística como *a ciência da linguagem* (Camara Jr. 1973: 15), não se interessaram propriamente pela linguagem, mas pelas línguas, uma vez que estas concretizavam os diferentes sistemas de comunicação humana. Camara Jr. (1973: 24) afirmava, por isso, que à lingüística

> Nem lhe interessa, a rigor, a linguagem em si mesma, considerada como uma faculdade abstrata do homem. O seu objeto [...] é o estudo dos sistemas de linguagem, ou línguas, as quais podemos assim definir: "conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social, a fim de permitir o exercício da linguagem por parte do indivíduo" (Saussure, 1922: 25).

A linguagem era então considerada uma "aplicação secundária, e fisiologicamente falando, excrescente" de órgãos do corpo humano, semelhante ao uso de dedos para tocar piano ou dos joelhos para "o gesto simbólico de genuflexão" (Camara Jr., 1973: 19).

Procurar no cérebro humano alguma área relacionada à linguagem seria um contra-senso, como Bloomfield (1933: 36-37) assinalara:

> O erro da busca de correlações entre partes do sistema nervoso definidas anatomicamente e atividades definidas socialmente aparece de modo claro quando vemos alguns fisiologistas procurando um "centro da palavra visual", que controle a leitura e a escrita: seria então o caso de procurar, igualmente, o centro cerebral específico da telegrafia, da direção de automóveis, ou que outro exercício de uma invenção moderna.

A afirmação de Bloomfield soa distante das preocupações atuais. Não só a linguagem interessa à lingüística, como é ela que define os limites da variação entre as línguas.

☞ A lingüística estrutural partiu da hipótese de que "as línguas podem diferir entre si sem limites e de modos imprevisíveis" (Joos, 1957: 96), uma vez que aprender uma língua era formar hábitos por meio de mecanismos de imitação. O interesse e a relevância em se pesquisar uma gramática universal inexistem nesse período. Como afirmaria Bloomfield (1933: 20), as únicas "generalizações úteis acerca das línguas são as generalizações indutivas. Traços que pensamos que deveriam ser universais" – e Bloomfield dá como exemplo a distinção entre o nome e o verbo – "podem estar ausentes na primeira língua que se vier a estudar". No entanto deve haver uma explicação de por que alguns traços são comuns a muitas línguas, mas isto, segundo Bloomfield (*id. et ibid.*), seria uma pesquisa para uma época futura: "quando tivermos dados adequados sobre muitas línguas, teremos de retornar ao problema da gramática geral e explicar essas semelhanças e divergências, mas esse estudo, quando for feito, não será especulativo, mas indutivo".

1.3.2. O *estágio estável* da aquisição: o conhecimento lingüístico

Um indivíduo que sabe sua língua é aquele que alcançou o estágio (relativamente) estável da faculdade da linguagem. Esse *estágio estável* é também chamado **conhecimento lingüístico**. Ao se focalizar uma língua como conhecimento lingüístico, passa-se também a concebê-la como um fenômeno individual e não social. A *competência gramatical*, ou *conhecimento da gramática*, ou *sistema computacional*, ou *língua-I* é exclusivamente humano. É ele que permite ao indivíduo criar e compreender um número infinito de frases de sua língua. Um enfoque formalista restringe-se a esse aspecto.

Saber uma língua é, porém, mais do que ter o conhecimento (internalizado ou não consciente) de processos gramaticais. Daí a teoria gerativa reconhecer a existência de dois outros subcomponentes ou módulos: a *competência pragmática* e o *sistema conceptual*. Vamos a um exemplo bem simples: tratar o presidente da República por *você* ou pelo prenome numa cerimônia não qualifica um erro no que respeita à formação das frases em português. Mas, como falantes, temos consciência de que esse uso é inapropriado para a situação. Sabemos que há coisas que podemos dizer, outras que devemos calar. Um exemplo extremo: Becker (1995: 292-293) relata uma desajeitada entrevista a um jovem dançarino javanês feita por um jornal nova-iorquino. Diante da pergunta sobre se faria da dança seu futuro, o jovem permaneceu calado, e o tradutor teve de intervir para dizer que não se faz uma pergunta como essa a um indonésio. A pergunta não era apenas grosseira: colocava o rapaz na posição de ter de falar como somente um deus falaria. A **competência pragmática** é a parte do conhecimento lingüístico que focaliza a língua efetivamente posta em uso.

Por fim, o **sistema conceptual**, não exclusivamente humano, permite-nos "perceber, categorizar, simbolizar, talvez mesmo raciocinar de modo elementar" (Chomsky, *apud* Botha, 1989: 76). Talvez o sistema conceptual "não deva ser considerado [...] parte da faculdade lingüística, e sim de alguma outra faculdade, responsável pela 'compreensão de senso comum' do mundo em que vivemos" (Chomsky, 1980: 49).

Que se entende por *língua* então?

O termo **língua** tem diversas acepções nos textos de lingüística. Uma delas é "uma coleção de dados", sejam palavras ou sentenças bem-formadas. Nesse sentido, uma língua é um constructo que é "compreendido independentemente das propriedades da mente/cérebro" (Chomsky, 1988: 20). Uma língua é um conjunto de estruturas compartilhadas por um grupo. Quando usado nessa acepção, o termo *língua* tem sido especificado como **língua-E(xterna).**

Numa outra acepção, *língua* é o resultado da interação de dois componentes: o *estágio inicial*, comum à espécie, e aquilo que vai sendo "aprendido" com o ambiente lingüístico. É a **língua-I(nternalizada**), ou *competência gramatical*, ou *sistema computacional*. Para os gerativistas, o programa de pesquisa a ser desenvolvido centra sua atenção na língua-I.

Observe que a *língua-I* não equivale à *langue* saussureana: esta era coletiva,

existia na medida em que havia massa falante. A língua-I refere-se a um "fenômeno individual, um sistema representado na mente/cérebro de um indivíduo particular" (Chomsky, 1988: 36).

Há ainda pelo menos um outro sentido, em que *língua* é um conceito pré-teórico. Podemos perguntar se o chinês é uma língua (ou cinco, ou mais...), ou se o catalão e o português são a mesma língua. Essa última questão dificilmente seria formulada, em virtude de conceitos como *pátria, nação, país*. Em última análise, estaríamos compreendendo que "uma língua é aquilo que tem exército e marinha" (Chomsky, 1977: 175; 1988: 15, em que atribui a frase a Max Weinreich)[12].

1.4. E o conhecimento do vocabulário?

Falamos até aqui em *GU*, em *conhecimento lingüístico, competência* ou *sistema computacional*. Todos esses conceitos fazem referência à **gramática**, isto é, ao modo como os elementos lingüísticos se organizam para formar uma construção. Mas não dissemos nada sobre esses elementos.

De um lado não esperamos que haja algo de inerente à seqüência fônica *queijo*, por exemplo, que a faça dizer respeito a um alimento feito à base de leite. Até porque a relação entre esse significado e essa seqüência sonora existe só para o português. Como dizia Saussure, a relação entre significante e significado é arbitrária.

Se deixarmos de lado essa relação específica, veremos que é preciso considerar a existência de princípios também no campo das palavras de uma língua – isto é, de sua *morfologia*. Somente desse modo se consegue explicar como as crianças dominam uma enorme massa de palavras de sua língua materna tão rapidamente também. Afinal, uma criança aprende cerca de dez novas palavras ao dia a partir da idade de dois anos. Por volta de seis anos já domina cerca de 14 mil palavras. Com o início da vida escolar, seu vocabulário incorporará em média três mil palavras ao ano até os 17 anos (Clark, 1993: 13).

Voltemos ao exemplo do *queijo*, para darmos uma pálida idéia da complexidade em que consiste vir a dominar o vocabulário de uma língua. Uma criança tem de depreender, inicialmente, uma seqüência sonora em meio a vários sons, e qual deva ser seu significado. É preciso ainda vir a compreender os tipos de relações entre *queijo* e *queijos*, ou entre *queijo, queijeira, queijeiro, requeijão, queijadinha*, ou entre *queijo* e outras palavras que venham a ser formadas. Tem de perceber que formas como *queijo-do-reino* ou *queijo-de-minas* apresentam um tipo de coesão muito mais forte do que aquela entre um nome e um locativo (bem diferente de algo como *queijo da Colônia* ou *queijo do Paraná*). Tem de perceber que essa palavra pode ser sujeito ou objeto de um verbo, e como nome, tem de atribuir-lhe gênero; tem de perceber incompatibilidades

[12] Ellen Prince (*LinguistList* 8.340, de 9/3/1997) localizou a citação original: M. Weinreich, 1945. Der yivo un di problemen fun undzer tsayt: "a shprakh iz a diyalekt mit an armey un a flot".

semânticas (por exemplo **o queijo alegre escreveu uma carta*). À medida em que for ampliando seu vocabulário, a criança terá de perceber que *queijo* e *laticínio* são relacionadas, mas que o significado desta é mais abrangente que o daquela.

Uma parte do conhecimento que temos acerca das palavras de nossa língua está representado sob o rótulo *morfologia*: é o que pode ser captado como generalizações acerca da estrutura das palavras. O que é imprevisível será tratado sob o rótulo *léxico*.

1.5. E a tarefa do lingüista na perspectiva gerativa?

No quadro aqui esboçado, a discussão acerca dos objetivos da pesquisa no campo da lingüística pode ser assim resumida. O lingüista visa alcançar com seu trabalho duas diferentes metas. Obviamente não é necessário dizer que qualquer uma delas pressupõe que seus dados devam ser confiáveis: que não tenha ouvido um som por outro, que não tenha entendido erroneamente o significado dos enunciados que coletou, que não tenha omitido informações...

Uma das metas do lingüista diz respeito à elaboração de uma gramática da língua que está pesquisando. Nada deve ficar por conta da imaginação do leitor. Por exemplo: o artigo vem antes ou depois do nome? As gramáticas do português em que estudamos no colégio, por exemplo, não nos dão essa informação: pressupõem que os falantes de português sabem isso. De uma gramática totalmente explícita de uma língua se diz que alcançou a **adequação descritiva**.

Para explicar o porquê de a gramática daquela língua se apresentar de tal ou qual modo, o lingüista deve esclarecer de que maneira ela concretiza possibilidades previstas pela GU, de que modo os princípios da GU interagem com os dados, fixando determinados valores para parâmetros que, inicialmente, estariam em aberto para a criança. Se todos os seres humanos têm cérebros relativamente semelhantes e se todos podem ter como língua materna, em princípio, qualquer das línguas humanas, deve haver algo de comum a todas as línguas, apesar das diferenças óbvias entre elas. Ao conseguir fazer tal relação diz-se de seu trabalho que alcançou a **adequação explicativa**. Essa é a razão de se afirmar que o objetivo da gramática gerativa é o de construir uma teoria sobre a faculdade da linguagem e não "apenas" descrever as línguas do mundo.

Se fizermos, no entanto, um passeio pela história dos estudos lingüísticos, veremos que o interesse dos estudiosos e a concepção que têm de seu campo de estudo podem ser bem diferentes de tudo isto. É estranho? Não, não é.

> O mundo das *aparências* (o mundo das coisas tal como se apresentam) é um mundo de diversidade: pouco ou nada há de comum na multiplicidade das coisas individuais, que parecem diferir radicalmente umas das outras. As ciências, assim como outras espécies de saber, fazem *reduções parciais* da diversidade, isto é, recortam o campo da diversidade observacional de maneiras que lhes parecem apropriadas para o tipo de entidades e de explicações que lhes são preferenciais (Dascal & Borges Neto, 1991: 17 – ênfase no original).

Isto significa que cada teoria "delimita uma certa 'região' da realidade como seu objeto de estudos" (Dascal & Borges Neto, 1991: 18). Aquilo que vimos até aqui foi a região que a gramática gerativa privilegia, e como ela é construída a partir dos interesses de pesquisadores. "Um erro comum" – e citamos mais uma vez Dascal & Borges Neto (1991: 19) – "é supor que as divisões da ciência correspondem a divisões naturais da realidade. [...] O loteamento do observacional é resultado de um trabalho humano sobre a realidade e, em conseqüência, já é um primeiro momento de teorização".